

# REFLEXOES SOBRE A COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA

*Adriano Moreira*<sup>1</sup>

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, a interdependência cresceu de tal modo em complexidade que já não é possível a nenhum Estado assumir viavelmente o projecto da suficiência e do isolamento: Cuba é nesta data o exemplo, dispensável, do sacrifício de um povo pelo ideologismo de um sistema desligado da realidade.

Porisso, e com exceção de talvez apenas cinco Estados, todos devem ser considerados em relação ou com grandes potências diretoras, ou integrados num conjunto geopolítico.

Deve lembrar-se que a definição de um conjunto geopolítico de Estados é operacional, e que se trata de os agrupar em função de afinidades relevantes, designadamente a posição na escala do desenvolvimento, a identidade cultural e religiosa. Indispensável é que o conjunto revele uma teia de relações unificadoras, sem que esse fato signifique necessariamente que se trata de relações não conflituosas. As relações podem ser consentidas ou impostas e podem resultar de várias causas, designadamente a proximidade física, ameaças comuns, interesses convergentes, padrões culturais compartilhados.

Em obediência ao globalismo característico da conjuntura, as relações dos conjuntos geopolíticos, e de cada um dos Estados que não perdem a individualidade dentro do grupo, precisam ainda de ser avaliadas a nível planetário, em convergência na direção de polos de

---

(1) Professor e ensaísta. Ex-Ministro de Estado e Deputado à Assembléia da República Portuguesa. Autor de várias obras.

consistência federadora variável, que são os Estados da Europa ocidental, os Estados Unidos da América, o Japão, a União Soviética. Cada um destes polos tende hoje para traçar uma zona de influência na direção norte-sul, como acontece com os EUA em relação à América Latina, com o Japão em relação à Ásia, com a Europa em relação à África, com a URSS em relação à Indochina.

É provável que a URSS, os EUA, a China, o Brasil e o Canadá, pela sua dimensão, recursos, e situação geográfica, possam ser considerados, cada um deles, como um conjunto geopolítico, e assim tem acontecido com algumas análises.

A especificidade do Brasil resulta em primeiro lugar da sua própria geopolítica interna, abrangente de uma superfície de 8.511.000 quilômetros quadrados, tendo fronteiras com todos os países sul-americanos, excetuando apenas o Chile e o Equador.

Neste território, vivem 145 milhões de habitantes, com uma taxa de natalidade de 29 por 1000, divididos em cerca de metade brancos de origem européia, 10% de negros e menos de 2% de índios, sendo o vasto resto composto de várias mestiçagens, e acontecendo que 73% das pessoas está urbanizada e vive sobretudo nas grandes cidades marítimas.

Esta vastidão, em cujo mapa humano se destacam a miscigenação secular, o uso da língua portuguesa, e o predomínio do catolicismo concorrente com uma pluralíssima diversidade de outros cultos, apresenta-se como uma unidade que tende algumas vezes para o isolamento do resto do continente, fato para o qual contribuíram fatores geográficos importantes: a Amazônia que hoje preocupa o mundo, e os tampões que são os pequenos Estados circundantes como as Guianas, o Paraguai e o Uruguai.

Ao contrário, a vocação do Brasil para se relacionar com as áreas mais desenvolvidas do mundo, como os EUA e a Europa, traduz uma linha histórica permanente.

As crises políticas e econômicas não deram origem a nenhum voluntarismo político que alterasse esta situação, e o presente difícil também não terá, certamente, consequências nesse domínio.

Os atratores do conjunto geoestratégico brasileiro continuam a ser os EUA, e a Europa, esta por sua vez relacionada formalmente pelo Tratado do Atlântico Norte e interdependente em muitos domínios, da economia à ciência e tecnologia, dos aliados.

A nova ordem, mais pressentida do que formulada, que está a substituir o sistema bipolar que ruiu, vencido pelas revoluções de 1989, tem posto em causa o destino das referidas interdependências e vocações, examinando aquelas no que respeita aos povos pobres, à luz da perspectiva dos povos dispensáveis.

Recentemente, Leopoldo Lea, Diretor do Centro Coordenador e Difusor de Estudos Latinoamericanos da UNAM, escrevendo no órgão da Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina

(COPPPAL, I, 5), tratou da chamada *difícil convivência* com os EUA, começando por recordar um conceito de Simon Bolívar: *os Estados Unidos foram destinados pela providência para semear a América de misérias em nome da liberdade.*

Nesse ensaio, importante pela origem, pelo organismo da publicação, e pelos destinatários, afirma o seguinte: a) *Agora a Europa considera que somos dispensáveis para a criação do seu futuro;* b) *a proposta para formação de um mercado comum americano é feita por uma nação que está sendo desalojada da Europa e da Ásia e do novo sistema econômico que propôs para as Américas.*

Parecendo que não tem dúvidas sobre a nova atitude, que atribui à Europa, de considerar a América Latina dispensável, mostra-se mais perplexo em relação ao eventual efeito de a Europa aplicar o mesmo critério aos EUA, levando estes a procurarem integrar, pelo desenvolvimento de solidariedades horizontais, todo o continente que agora justamente celebra a chegada de Colombo.

É todavia necessário reter o conceito de povos dispensáveis, que parece a última versão do conceito dos povos proletários, dos povos explorados, dos povos colonizados, e sempre a manutenção da perspectiva do conflito em relação ao norte do mundo e às antigas metrópoles, a qual tem igual utilidade para compreender o contencioso passivo existente em relação a outros continentes.

Nesta contabilidade do passivo talvez convenha começar por salientar que as históricas relações privilegiadas entre antigas metrópoles e países do continente americano foram refreadas pelo fato de que a Europa há muito deixou de representar o único grupo de potências interessado na área.

A política de reserva do continente pelos EUA recebeu novas formulações neste meio século que finda, quer na Centro-América, quer também nos países do sul: o plano Brady para a dívida esmagadora do continente, e as iniciativas políticas de Bush no sentido de criar um novo destino de *partnership*, designadamente no caso do Panamá e do General Noriega, mostram a permanente concorrência do principal parceiro europeu da NATO.

Por outro lado, quando a Perestroika ainda pretendia assegurar um reformismo sem sobressaltos, a visita de Chevardnaze ao Brasil, ao Uruguai e à Argentina em 1987 mostrou que a área lhe interessava.

Assim como o Japão, de tempos a tempos, lembra a sua ajuda econômica e financeira aos países da região.

Ao mesmo tempo que estas iniciativas, as quais tornam duvidosa a atualidade do conceito de povos dispensáveis de Lea, fragilizam as relações privilegiadas, é certo que se identificam muitas incertezas europeias sobre o estilo de relacionamento com a América Latina.

Lembre-se que, depois da Segunda Guerra Mundial, a Argentina funcionou como o celeiro da Europa, mas hoje a política agrícola comum

(dos europeus) levanta um muro a esse comércio. Casos como o da guerra das Malvinas espalham o convencimento de que os sul-americanos não são considerados pelos europeus como pertencentes à sua família.

A percepção é a de que a CEE, e a perspectiva unitária do Ato Único, são embaraços ao aprofundamento das relações: os países dessa área efetuam 25% do seu comércio com a CEE, mas esta não realiza com eles mais de 6% do seu.

Existem, porém, variáveis políticas e culturais que são favoráveis à aproximação, e talvez o fato seja o de esses fatores serem contrariados por circunstâncias econômicas e estratégicas exteriores, mas dominantes.

Em primeiro lugar, aquilo que na vasta área é visto como um fracasso da política imperialista do *grande vizinho* do norte, incapaz de introduzir no continente a ordem pela qual se declarou espontaneamente responsável com a doutrina do *big stick*.

Os cinco países signatários do Acordo de Esquipolas II, em agosto de 1981, procuram sair da desordem da América Central pedindo o apoio europeu.

A partir de então, os encontros da CEE-América Central tiveram resultados como o da criação de um Parlamento Centro-Americano com a pretensão de copiar o Parlamento europeu. A intervenção da Europa na regulamentação da dívida da região tornou-se importante, os encontros bilaterais são numerosos, o convívio tende a fortalecer-se.

Os observadores acrescentam a mudança qualitativa que resultou do esgotamento do franquismo, e do reencontro dos modelos políticos entre Portugal e Brasil. Tudo permitiria um reforço das convergências no sentido de enfrentar o chamado *paradigma dos 4 D*: Democracia, Desenvolvimento, Dívida, Droga.

No que toca agora à reflexão sobre a comunidade luso-brasileira, o primeiro ponto diz respeito às referências globalistas, e aqui a primeira evidência é da coincidência dos federadores — os EUA e a Europa institucionalizada.

Acontece que Portugal está inserido na definição formal dos grandes espaços do Atlântico (NATO) e da Europa (CEE) das quais o Brasil é apenas interlocutor bilateral, diretamente com os conjuntos, mas em concorrência com os objetivos dessas organizações.

Não podem referenciar-se grandes conflitos em que os interesses envolvidos tenham sido contraditórios, mas é certo que aqui se encontra um primeiro elemento de erosão das relações privilegiadas, tal como aconteceu com a relação da Espanha com os países da hispanidade, e com a relação da Inglaterra com o sul do continente, esta criada pela intervenção britânica proeminente desde as independências liberais até ao princípio deste século. O conflito das Malvinas serve de paradigma

no sentido de entender como é que as vinculações a organizações coletivas, como a NATO, podem refletir-se na consistência das referidas relações privilegiadas.

No passado incerto do conflito bipolar que viu nascer a NATO e o Pacto de Varsóvia, quando a soberania portuguesa ainda se exercia no continente africano, a conclusão de que não pode haver segurança do Atlântico Norte sem garantia de segurança no Atlântico Sul, levou-nos a defender o conceito do Oceano Moreno, para sistematizar a liderança na tarefa de organizar o espaço marítimo que tinha de um lado Angola e do outro o Brasil, semeado ainda de outras áreas de expressão portuguesa.

A mudança da estrutura política da área, depois do 25 de abril, não eliminou os interesses econômicos, nem a questão de saber se podem separar-se os problemas de segurança do norte e do sul do Atlântico, mas definiu uma nova problemática de coordenação das soberanias.

A complexidade resultante do aumento do número de intervenientes parece bem compensada pelo pacifismo dos estatutos soberanos, e pelo clima novo estabelecido pelas revoluções de 1989.

Parece evidente que a intervenção portuguesa tem a sua relação privilegiada com o Brasil condicionada pela pertença institucional às organizações atlântica e europeia, mas também dela virão certamente benefícios para o todo.

A cooperação entre as nossas instituições de formação de quadros, e de investigação, na área da segurança, talvez deva ser fortalecida em vista da importância desse Oceano Moreno cuja história largamente se confunde com a nossa.

Um futuro comum, assente nesta vinculação aos mesmos federadores, tem outras manifestações traduzidas em iniciativas importantes.

Lembre-se, designadamente, a operação chamada *Europa92*, destinada a criar círculos europeus nas grandes cidades sul-americanas, e a facilitar a corrente de bolsistas em demanda de centros universitários europeus.

Mencionem-se igualmente os *Arquivos da literatura latino-americana e das Caraíbas do século XX*, que têm produzido importantes edições da responsabilidade comum da Argentina, Brasil, Colômbia, Espanha, França, Itália, México e Portugal.

Tudo significa que a relação Europa-América Latina parece a caminho de se fortalecer — reposta a paz —, e que problemas como o da dívida, do ambiente, do mar, das trocas culturais, da preparação científica e técnica, mais aproximam do que separam, infirmando a aplicação do conceito de povos dispensáveis.

Em todos os domínios, porém, a perspectiva das relações privilegiadas sofre o mesmo condicionamento, mas tem a probabilidade de eventualmente beneficiar o conjunto dos Estados.

Algumas ambições enunciadas no modelo das relações privilegiadas, como o da dupla nacionalidade, por exemplo, ficam submetidas a um

condicionalismo redutor evidente. A Espanha, sempre agressiva e dinâmica na aplicação do conceito da hispanidade, teve de moderar a política de oferecer a nacionalidade a todos os naturais do seu antigo império, porque a harmonização da legislação dos Estados comunitários é um dado novo.

O Tratado de Igualdade de Direitos, que deu caráter à última fase da vigência da Constituição Portuguesa de 1933, e que o imaginário popular chama de dupla nacionalidade, perdeu, pelas mesmas razões, este objetivo ideológico que não escondia. Algumas dificuldades atuais entre ambos os Estados, relacionadas com o livre exercício da profissão por diplomados em universidades da área, resultam da mudança das circunstâncias intervencionais.

Quando, depois da Revolução Portuguesa de 1974, muitas centenas de diplomados universitários portugueses chegaram ao Brasil em busca de abrigo e trabalho, as dificuldades externas eram menores, o sentido da migração era diferente, o compromisso português comunitário não existia. Mudam os tempos, não parecem ter mudado as vontades, mas as circunstâncias são outras, e a relação privilegiada sofre o condicionamento da mudança.

Por isso, exigem prudência os voluntarismos inspirados na tradição nascida e desenvolvida em diferentes contextos. O primeiro cuidado, porém, deve ser o de examinar o estado das relações privilegiadas na data em que a mudança se consumou.

A primeira nota que me ocorre diz respeito à avaliação histórica e ideológica do longo período de séculos em que existiu a unidade política entre Portugal e o Brasil.

Os anos finais, tributários da convulsão napoleônica, viram o Rio de Janeiro a funcionar como capital do Império, e esta metrópole lisboeta a tecer, por conta própria, algumas das queixas específicas das áreas coloniais contra os governos distantes. Por isso, não é excessivo entender que o liberalismo tornou Portugal independente do encargo do Brasil, não foi o Brasil que deu um caráter anticolonialista ao corte político, antes procurou não descair do estatuto de Reino, com o Rei presente, que tinha alcançado.

A ausência de conflito entre os territórios separados, abstraindo do posterior conflito ideológico e militar português sem relevância para o nosso tema, notou-se no pacifismo com que D. Pedro, já imperador do Brasil, foi chamado à Coroa de Portugal, na rapidez com que outorgou a Carta Constitucional e providenciou sobre o futuro da monarquia portuguesa.

A guerra do regime, em que D. Pedro viria a intervir contra o mano Miguel, não implicou nenhum revisionismo da história comum até aos movimentos anticolonialistas do nosso século.

Então, homens como José Honório Rodrigues, ou Darcy Ribeiro, seguido de outros, e chefiando uma escola crítica, puseram em causa a relação passada, responsabilizando Portugal expressamente pelo atraso

do Brasil, quer técnico quer científico e cultural, estendendo apressadamente a mão aos movimentos anticolonialistas da África então portuguesa, e saltando por cima do tempo e das circunstâncias.

É preocupante que as vicissitudes críticas do Brasil de hoje possam ajudar a implantar essa visão desculpabilizante de forças e de estruturas internas vigentes, ainda que a imagem da Revolução do 25 de abril funcione como moderadora do intento.

Neste comentário não temos possibilidade de aprofundar efeitos da nova perspectiva, mas é necessário a anotação e a referência.

Da longa relação com o Brasil recolho um juízo sobre o caso da chamada colônia portuguesa. Tendo o seu núcleo fundador nos residentes que não quiseram abandonar a nacionalidade portuguesa na data da independência, criou uma identidade com várias expressões inconfundíveis: a defesa da matriz cultural, teve expressão nos Gabinetes de Leitura; a defesa da instrução, em instituições como o Liceu Literário Português; a defesa contra as carências, nas Beneficências e nos asilos.

Nisto não teve intervenção o governo português, mas foi sempre em Portugal que os responsáveis pelas iniciativas mais procuraram o reconhecimento nobilitante da devoção cívica, e aqui teve origem a teoria dos comendadores tantas vezes mal apreciada pelos mesmos portugueses.

Merece estudo a questão de saber porque é que a imagem recíproca do brasileiro em Portugal, e do português no Brasil, fixou tantos elementos negativos e ajudou a falsear o julgamento recíproco sobre o desenvolvimento de cada um dos povos.

Todavia, a corrente migratória que renovava a colônia até ao Governo de Getúlio Vargas, assente no método da chamada dos familiares, contribuiu decisivamente, durante um século, para a estabilidade da moeda portuguesa, em vista das remessas.

A tese universitária do jovem Doutor Oliveira Salazar põe esse fato em relevo, e foram as medidas restritivas das remessas para o exterior que progressivamente debilitaram a corrente migratória, mais tarde, sobretudo na década de sessenta, dirigida para os mercados europeus.

Esta circunstância parece muito de considerar no contexto da relação da América Latina com a Europa, particularmente do Brasil com Portugal, porque se reflete na variável do multiculturalismo sul-americano.

Para a minha geração, e formação, aqui tem de ser lembrado Gilberto Freyre, e a sua doutrinação original, que fez carreira, sobre o lusotropicalismo.

Continua a ser exato que Portugal e Brasil partilham uma herança cultural comum, incluindo o passado histórico secular de unidade política, mas a herança portuguesa do Brasil é apenas parte do acervo cultural geral que este integrou: além das heranças ameríndia e negra, mencionem-se as parcelas italiana, alemã, japonesa, que subiram todas as escalas da sociedade aberta e hoje aparecem representadas em todos os órgãos da soberania brasileira e nas hierarquias da sociedade civil.

A identidade brasileira, e a unidade do que Gilberto Freyre chamou — Brasil, Brasis e Brasília —, tem matriz essencialmente portuguesa, com a língua a ser fiadora das fronteiras, com a religião a dar forma à cultura, com a vivência da unidade política do império a dar força à unidade política da república federativa.

Mas a competição diversificou-se, e a presença e manutenção de laços entre as instituições universitárias, científicas, culturais, tornou-se extremamente exigente.

Para desenvolver o esforço competitivo necessário concorre o fato de parecer conseqüente o interesse brasileiro de reforçar a sua identidade com as conexões portuguesas, e o interesse português de reconstruir uma nova forma de convívio sobre a vasta área territorial e humana onde exerceu a soberania, porque ruiu o sistema político, mas não desapareceram a história, a língua, e os interesses sobreviventes que devem inspirar um diferente projecto comum.

Nas últimas décadas tornou-se rotina a afirmação, por cada novo responsável político, em cada uma das visitas de Estado com que se inicia no ritual da comunidade luso-brasileira, de que finalmente vai acabar a retórica, para iniciar um capítulo de prósperas realizações.

De fato, nada apareceu que seja de longe comparável aos feitos da sociedade civil, à margem dos governos, até que as circunstâncias levantaram os obstáculos referidos e que tiveram a sua expressão mais significativa no regime das remessas e na quebra do movimento migratório.

De positivo e sólido ficou a depreciada antiga retórica, na vasta medida em que diz respeito à história comum, ao patrimônio cultural comum, à língua, à capacidade de manter vivo o diálogo científico.

Foi essa variável, deixada quase exclusivamente a cargo do diálogo não governamental, que teceu primeiro a aproximação entre os grandes espaços europeus, atlântico, e sul-americano, dentro do grande processo em curso de repensar a Nova Ordem.

Sobre esta, as recentes declarações de Bush foram cautelosas, indicativas, e tão incertas que de novo regressamos ao uso do latim.

É esperançoso que a crítica por vezes dirigida aos sul-americanos, no sentido de que se americanizaram superficialmente, tenha contrapartida no fato reconhecido de que os EUA se latinoamericanizaram, e também se europeizaram nas responsabilidades, na experiência comum, na interdependência.

Justamente aquilo a que os tecnocratas chamam retórica é que teceu as malhas culturais em que se apóia a nova esperança.

Nesse tecido, o sincretismo lusotropical, a herança cultural comum, a língua geral, a solidariedade luso-brasileira, representam uma sólida contribuição para responder ao desafio de uma nova ordem, a respeito da qual a única notícia segura é que desapareceu a antiga.